



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 069

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE SETEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Braddock e André Vargas.

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a senhora deputada Elza Correia.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa "Luz Fraterna". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 491/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos programas sociais do Governo Federal relacionados no artigo 2º desta lei, ou cadastrados no programa social da Copel, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 (cem) kWh (quilowatts-hora).

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que:

- I - apresentarem sazonalidade de consumo;
- II - não estiverem ocupadas;
- III - não se caracterizarem como residência permanente, tais como sem consumo e de veranistas.

Art. 2º - Para beneficiar-se do Programa "Luz Fraterna" o consumidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Classe residencial:

I - ser da subclasse residencial baixa renda com atendimento monofásico, conforme a Lei Federal nº 10.438, de 26.04.2002, regulamentada pelas Resoluções ANEEL nºs 246, de 30.04.2002 e 485, de 29.08.2002;

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado no programa social da Copel, ou beneficiário de algum dos programas sociais do Governo Federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás;

III - ter consumo até 100 kWh/mês;

IV - não possuir mais de uma conta cadastral em seu nome:

b) Classe rural;

I - ser monofásico ou bifásico com disjuntor até 50 ampères;

II - ter consumo mensal até 100 kWh/mês;

III - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome.

Art. 3º - O ressarcimento às concessionárias, autorizadas e permissionárias de energia elétrica, situadas no Estado do Paraná, dos valores correspondentes ao benefi-

cio referido no artigo 1º, será efetuado mediante dotação no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor em 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 11.897, de 01.12.97 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 406/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 407/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil denominada Grupo Renascer, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaiguapy, do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2003, de 22.04.2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaiguapy, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 212/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaiguapy, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 371, 397, 399, 401 e 410/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 103, 163, 164, 173, 188, e 189/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 212, 295, e 429/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 241, 327, 419, 420, 431, 434, 441, e 458/2003.

Levanta-se a Sessão.

## Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 024/2003  
Autoria do deputado Delegado Bradock

Súmula:

Sugere a criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope, em todo o Estado do Paraná.

1º - A criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope, com competência em todo o Estado, composto pela Companhia do Choque e seus grupos, com consequente aumento de efetivo e demais estruturas.

2º - Caberia ao Batalhão de Operações Especiais organizar a atuação dos grupos da companhia do Choque, bem como as designações de pessoal que irão compor cada grupo.

3º - Comporia o Bope, os grupos Coe - Comando de Operações Especiais, a Rone, e o Canil da Polícia Militar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Cabe salientar que a criminalidade em nosso estado encontra-se crescendo assustadoramente nos últimos anos, não somente em quantidade de crimes mas principalmente na violência e na especialização dos delitos que acabam acontecendo por falta de inibição ade-

quada, ou seja, a prevenção/repressão não se apresenta de forma a coibir efetivamente o acontecimento ilícito. Desta forma, a política ostensiva preventiva, a qual os criminosos visualizam com maior facilidade, deve estar muito bem preparada para acompanhar a evolução e a especialização com que os criminosos têm desenvolvido suas atividades ilícitas.

A criação de um Batalhão de Operações Especiais - Bope, vem ao encontro desta necessidade emergente de suprimir as atividades ilícitas, pois a Companhia do Choque com seus grupos Rone e Canil, necessitam de um aumento de efetivo policial e de equipamentos que somente poderão advir com a aprovação de uma lei que cria a partir desta Companhia do Choque, um batalhão, a fim de efetivamente aumentar o seu pessoal e com isso atender melhor a população tão carente de segurança pública, e desta forma acompanhar a evolução dos delitos e combatê-los com especialidade, ou seja com operações especiais, vale dizer, grupos de homens especialmente preparados fazendo a segurança pública.

Nestes termos, justifica-se a presente indicação que sugere a criação do Batalhão de Operações Especiais - Bope.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 026/2003

Autoria do deputado Barbosa Neto

##### Súmula:

Sugere a criação da Delegacia de Homicídios em Londrina.

1º - A criação e instalação da Delegacia de Homicídios na cidade de Londrina.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a violência tem crescido assustadoramente em todo o País. Este é um fenômeno mundial.

Mas, Londrina, até então uma cidade com níveis de violência aceitáveis, ou, pelo menos dentro da média, vive o drama da onda crescente da insegurança. Um fenômeno que observou um salto muito grande para uma cidade com cerca de 500 mil habitantes.

Senão, vejamos: em 2000, foram 80 pessoas vítimas de homicídios; em 2001, houve um crescimento na ordem de 50% aproximadamente de assassinatos (129). Em 2002, o número saltou para 161 pessoas assassinadas. E antes da metade deste ano, o número de vítimas da violência por homicídios beira ao 100º assassinato, indicando que a cidade quebrará este triste e lamentável recorde. É cruel perceber que em 2 anos, houve um aumento de mais de 100% de vidas ceifadas principalmente jovens, se compararmos com Maringá, por exemplo que tem pouco menos habitantes que Londrina, possui uma média de 13 homicídios por ano.

Por isso, a necessidade urgente de conter estes dados alarmantes. Não que a criação de uma Delegacia de Homicídios possa inibir totalmente esses crimes, mas, uma estrutura especialmente montada para solucionar esses assassinatos proporcionará condições para coibir, pelo menos em parte, esses números terríveis.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 027/2003

Autoria do deputado Delegado Bradock

##### Súmula:

Sugere a implantação de um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul.

1º - A implantação de um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul;

2º - O Posto de Atendimento terá como competência territorial os municípios de Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulisses e Rio Branco do Sul.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na região de Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, Dr. Ulisses, não possuem o atendimento emergencial do Corpo de Bombeiros, e nas eventualidades que necessita-se de tal atenção, atualmente recorre-se ao Corpo de Bombeiros de Curitiba, o que fatalmente acarretará em prejuízos irreparáveis para a população daquela região.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas nesta indicação encontram-se, a mais distante, a aproximadamente 150 km de Curitiba, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhes a segurança esperada nesta área de atuação.

Nestes termos, justifica-se a criação do Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 028/2003

Autoria do deputado Delegado Bradock

##### Súmula:

Propõe a construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul.

1º - Propõe a criação de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul se faz urgente, pois a população daquela localidade encontra-se atualmente desprovida de aparatos nestes moldes, vale dizer, não existe nenhuma estrutura que possibilite ao morador de Rio Branco do Sul e região desenvolver atividades esportivas adequadas.

Trata-se de previsão constitucional, expressa na Magna Carta em seu artigo 6º, onde: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Nestes termos, justifica-se a construção de um ginásio de esportes na cidade de Rio Branco do Sul.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 029/2003

Autoria do deputado Barbosa Neto

Súmula:

Sugere a concessão de auxílio transporte a todos os oficiais de Justiça.

1º - A concessão de auxílio-transporte a todos os oficiais de Justiça, que prestam serviços à Justiça Estadual.

2º - O auxílio-transporte citado em 1º, consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo zero quilômetro, popular, básico e de fabricação nacional para cada oficial, cabendo ao decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem a finalidade de atender às necessidades básicas de locomoção da classe dos oficiais de justiça. A propósito, o oficial de Justiça usa seu próprio carro para o trabalho, o que somente este motivo justifica a apresentação desse projeto.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 030/2003

Autoria da deputada Luciana Rafagnin

Súmula:

Sugere a criação e implantação de uma Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região Sudoeste.

1º - A criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região Sudoeste a ser implantada de acordo à análise da própria Secretaria.

2º - Para o devido funcionamento da Ceasa - Central de Abastecimento do Paraná na região Sudoeste, fica estabelecido que a Secretaria da Agricultura fará levantamento e estabelecerá a competência para organizar e promover toda a estrutura necessária, com a respectiva aquisição de bens e serviços, o Ceasa - Paraná, com sede na Capital do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa - na região Sudoeste do Estado é plenamente justificada por ser a região extremamente agrícola. E mais, a produção agrícola da região é quase na sua totalidade proveniente da agricultura familiar.

Hoje muitos municípios da região já estão desenvolvendo programas de hortifruticultura e o potencial de expansão é bastante significativo; com solo e clima apropriado a região é um grande centro de produção e consumo, daí a necessidade de disponibilizar uma Central de Abastecimento para Região.

Também é necessário colocarmos que a região faz divisa com a região Oeste de Santa Catarina e com vizinho país da Argentina, podendo estabelecer fortes relações comerciais, interestadual e internacional, e, por isso, deve ser melhor explorado.

Sendo assim, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados à presente Indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 031/2003

Autoria da deputada Cida Borghetti

Súmula:

Sugere a criação de Programa Nova Chance - PNC.

1º - Propõe a criação de Programa Nova Chance - PNC, objetivando promover a reinserção de pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho.

2º - Estarão habilitados aos benefícios deste Programa, as pessoas acima de 40 anos, regularmente inscritas no Programa.

3º - Terão prioridade para preenchimento de vagas oferecidas pelo Programa, as pessoas acima de 40 anos oriundas de famílias em situação de pobreza e que estejam desempregadas.

4º - Serão destinados 10% (dez por cento) das vagas preferencialmente às pessoas acima de 40 anos portadores de deficiência.

5º - Serão destinados, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas preferencialmente para as mulheres que são sustentáculos de família.

6º - Será assegurada ao trabalhador a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

7º - As relações de emprego beneficiados com os incentivos desta lei, devem estar regulares perante a legislação do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus legais delas decorrentes.

8º - Poderão habilitar-se a participar do Programa, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas de trabalho, as micro, pequenas e médias empresas, bem como os proprietários de áreas rurais no Estado do Paraná, assim definidos na regulamentação.

9º - Os municípios poderão participar do programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências, através de convênio com o Governo do Estado.

10 - As empresas referidas no item 8º deverão apresentar plano de expansão, comprovar a não redução de postos de trabalho nos 3 (três) meses que antecedem a sua habilitação ao Programa e comprometer-se a manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

11 - As empresas que reduzirem o número de postos e trabalho e/ou descumprirem os direitos previstos nesta lei durante sua participação no Programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverão devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

12 - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar a regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

13 - Os empregadores poderão, na forma do regulamento, substituir o trabalhador contratado desde que mantido no posto de trabalho e respeitada a legislação trabalhista.

14 - Poderá o Poder Executivo repassar às empresas participantes do Programa o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do trabalhador, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de um salário mínimo regional por trabalhador contratado, durante os primeiros 6 (seis) meses do contrato de trabalho.

15 - Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 1 (um) salário mínimo regional por trabalhador contratado.

16 - No caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no item 14 e 15.

17 - As empresas habilitadas poderão contratar, através do Programa, até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até 4 (quatro) empregados poderão contratar apenas 1 (um) trabalhador.

18 - O PNC deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo Estadual, que estabelecerá o órgão responsável pela coordenação e supervisão do Programa.

19 - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Nova Chance - PNC, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data de admissão do trabalhador contratado.

20 - Os recursos para o Programa poderão ser oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.08.2003

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 12 da Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002.

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 027/2003 - DAT**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo.

#### REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
45906100	2000	000	1.000.000,00

#### ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903900	2000	000	1.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01.09.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Nereu Moura - Primeiro Secretário

**Ata de Comissão:**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2003, às 14h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Büher, Elton Carlos Welter, Ratinho Júnior, Elza Correia e o presidente da Comissão, deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior, (7ª Reunião Ordinária). Na sequência o senhor deputado Ratinho Júnior pede dispensa. Todos aprovam. Na sequência, o senhor presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 01) Indicação nº 55/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Relator: deputado Rafael Greca. Pela ausência do relator o deputado Ratinho Júnior realizou a leitura do parecer, mencionando o relator ser favorável, que submetido à votação pelos membros presentes foi APROVADO; 02) Indicação nº 45/2003, de autoria do deputado delegado Bradock. Relator: deputado Francisco Büher. Pelo atraso justificado à presente reunião, a deputada Elza Correia relatou

em seu lugar, mencionando ser o parecer favorável, sendo APROVADO por todos; 03) Indicação nº 42/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Relator: deputado Elton Carlos Welter, que ao realizar a leitura do seu parecer, explicou ser: “impossível ao legislativo estadual avaliar de forma conclusiva, se convém a um município firmar convênio com a empresa estadual ou executar diretamente os serviços de distribuição de água e tratamento dos esgotos de sua cidade. Entendendo que esta discussão deve se limitar ao âmbito do legislativo municipal”. Por esta razão opinou ser contrário o seu parecer, que sendo submetido à avaliação consubstanciada, foi APROVADO por todos; 04) Indicação nº 49/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator: deputado Rafael Greca, onde, o deputado Elton Carlos Welter relata em seu lugar a citada propositura mencionando ter opinado o relator ser favorável à tramitação da propositura. Sendo submetido à apreciação foi APROVADO pelos demais; 05) Projeto de Lei nº 107/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Relatora: deputada Elza Correia. Ouvida por todos sua relatoria, foi APROVADA em unanimidade. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária